

O OLIMPISMO COMO ESTRATÉGIA PARA A PRODUÇÃO E CONSERVAÇÃO DA HEGEMONIA

ESP. GUILHERME AFONSO MARINS

Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul / Campus do Pantanal (Corumbá – Mato Grosso do Sul – Brasil)
E-mail: guiedfisicaufpr@hotmail.com

DR. FABIANO ANTONIO DOS SANTOS

Curso de Educação Física e Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul / Campus do Pantanal (Corumbá – Mato Grosso do Sul – Brasil)
E-mail: santos.fabianoad@gmail.com

MS. HELLEN JAQUELINE MARQUES

Programa de Pós-graduação em Educação Escolar, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP – Campus de Araraquara; Curso de Educação Física, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus do Pantanal (Corumbá – Mato Grosso do Sul – Brasil)
E-mail: hellenjm@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste trabalho é investigar os princípios norteadores do Olimpismo, amplamente divulgados por meio dos Comitês Olímpicos Nacionais, e suas relações com a formação do homem de novo tipo, defendida pela UNESCO através da concepção do "saber ser". Para tanto, partimos da análise de dois documentos considerados centrais na difusão deste ideário: a Carta Olímpica e o Relatório da UNESCO, denominado "Educação: um tesouro a descobrir". Conclui-se que o Olimpismo é muito mais que uma proposta "despretensiosa" de defesa da paz ou da possibilidade de convivência solidária e harmoniosa entre as pessoas; é, antes, uma estratégia que difunde e desperta o imaginário de construção de um homem conformado aos ditames sociais hegemônicos.

PALAVRAS-CHAVE: Hegemonia; olimpismo; saber ser; megaeventos.

INTRODUÇÃO

É de amplo conhecimento que nosso país está em ritmo de preparação e expectativa para receber os Jogos Olímpicos em 2016, o maior evento esportivo mundial. No entanto, a organização de um evento com esta grandiosidade pressupõe a adequação de diversos setores da sociedade, que vai desde a infraestrutura e logística até a cultura e educação.

Sendo assim, não é exagero afirmar que os Jogos Olímpicos, mais do que um conjunto de competições esportivas, têm como objetivo difundir determinados princípios que buscam nortear a vida em sociedade, e que definem concepções de mundo e de ser humano. Tais princípios, organizados e apresentados a partir da Carta Olímpica¹, compõem o que conhecemos como Olimpismo, que por sua vez, “refere-se ao conjunto de valores pedagógicos e filosóficos do Movimento Olímpico, e não aos aspectos formais e/ou burocráticos que sustentam a instituição e o fenômeno olímpico” (RUBIO e MESQUITA, 2011, p. 25). Nesta perspectiva, o Olimpismo é destacado como uma filosofia de vida que busca a melhoria da humanidade através da valorização e inculcação de conceitos, como liberdade, coexistência ideal e *fair play*, e de valores estéticos e morais.

O presente trabalho discute o papel do Movimento Olímpico na produção da hegemonia, analisando o caráter ideológico de seu discurso para a formação deste novo homem. Tal caráter é necessário não somente para a produção da hegemonia, mas, principalmente, para sua conservação.

Gramsci (2011), ao analisar o comportamento da classe hegemônica do início do século XX, identificou que sua manutenção no poder não dependia mais somente da força coercitiva, mas, principalmente, da capacidade de levar suas ideias e princípios ao maior número de pessoas, dando a falsa impressão que estes princípios seriam os mesmos das classes subalternas. O autor destaca ainda, que a classe hegemônica não pode ser somente dominante (força e coerção), mas também, diretiva dos fundamentos políticos e ideológicos da sociedade.

A defesa do esporte como atividade “à serviço do desenvolvimento harmonioso do homem” (OLYMPIC CHARTER, 2011, 10, tradução nossa) e a defesa da formação de sujeitos respeitosos aos princípios éticos e morais fundamentais e universais, representa esta tentativa de diretividade e de (con)formação dos indivíduos. Cumpre destacar a importância dada à educação neste processo formativo, relacionando os princípios do Olimpismo à tarefa educacional. A “Educação

1. Do inglês Olympic Charter. Documento que fundamenta e norteia o Movimento Olímpico desde 1898 (RUBIO e MESQUITA, 2011).

Olímpica” visa o desenvolvimento de uma participação cívica, um dos valores da nova sociabilidade forjada pelo neoliberalismo.

A adesão, ou não, de massas a uma ideologia constitui um exercício permanente de luta pela hegemonia de determinada classe social em que se busca instituir modos de pensar que correspondam às exigências de um período histórico. A disputa pela hegemonia passa pela elaboração e difusão de discursos capazes de orientar aspirações, sonhos, valores já consolidados, necessidades materiais imediatas. Harvey (2008) destaca o papel da formação de certo consenso apaziguador e, ao mesmo tempo, envolvente, capaz de fazer com que interesses antagônicos sejam ocultados sobre uma pseudo-neutralidade de interesses.

É nesse sentido que o processo de conquista e conservação da hegemonia pressupõe a difusão de uma determinada concepção de mundo que se dá por meio de mediações como a construção de discursos capazes de orientar certos modos de ver a realidade e de agir sobre ela (HARVEY, 2008). Gramsci destaca que a razão para a dificuldade de se criar uma consciência política, ou a “vontade coletiva nacional-popular” (GRAMSCI, 2011, p 17) deve ser procurada na classe hegemonicamente dominante no capitalismo, a burguesia.

Para a realização dos objetivos desta pesquisa, analisamos os princípios do Olimpismo, organizados na Carta Olímpica e difundidos para todo mundo através dos Comitês Olímpicos Nacionais (CON) e suas relações com a formação do trabalhador a partir da concepção do “saber ser” proposta pela UNESCO. Para tanto, visando analisar o Olimpismo como fenômeno de conformação e alienação da população, resgatamos o conceito de hegemonia que em Gramsci ganha novo sentido e materialidade.

A PRODUÇÃO DO CONSENSO NO SÉCULO XXI: SUA IMPORTÂNCIA PARA A MANUTENÇÃO DA HEGEMONIA

O final do século XX foi marcado pela “financeirização” da política econômica capitalista e, com objetivo de retomar a curva de crescimento da taxa de lucro, fundamental para a manutenção da formação social capitalista, os governos centrais passaram a proteger e ampliar as ações do chamado mercado para a economia. Como as políticas sociais forjadas no Estado de Bem-Estar social se mostraram paliativas, uma vez que conseguiram frear a crise econômica por um tempo determinado, era preciso a retomada do crescimento econômico, culpabilizando a “generosidade” com que o Estado havia tratado as questões sociais, financiando áreas como saúde e moradia. Assim, as novas estratégias procuraram a reversão das medidas adotadas em tempos de *Welfare State*.

A decadência da fase denominada por Hobsbawm (1995) de idade de ouro, impulsiona o capitalismo a assumir uma nova fase de seu desenvolvimento, levando-o a um novo ciclo de acumulação, especialmente centrado na especulação financeira. O setor produtivo industrial perde a centralidade ocupada entre os anos 1960 e 1970.

Nesta nova etapa da formação capitalista, também cresce a disputa entre os próprios capitalistas, ocorrendo grandes fusões empresariais e, conseqüentemente, a formação de grandes corporações que passam a dominar o mercado mundial, havendo ainda mais concentração de riquezas nas mãos de poucas pessoas.

No plano supra-estrutural e ideológico, as tentativas de tornar mais “palatável” as medidas de austeridade econômica têm como função fundamental formar um pensamento único. A formação de tal pensamento, certamente favorável às transformações econômicas em curso, procura amenizar as perdas objetivas dos trabalhadores.

Para tanto, há forte apelo para a construção do consenso em torno das positivities que tais transformações têm trazido à população. Os conceitos, representação mental do real, são envolvidos por estas positivities, estas capazes de mudar, inclusive, a prática social. A defesa da solidariedade, da paz mundial, da comunhão entre os povos tornam-se ferramentas eficazes justamente porque auxiliam na formação do homem de novo tipo, resignado a considerar natural e aceitável as mudanças em curso. Aliados a termos como estes, a defesa do individualismo e o incentivo a não participação política são responsáveis diretos pelo consentimento ativo.

A construção destes consensos contribui para a manutenção da hegemonia burguesa, uma vez que mantém as classes subalternas aliadas do processo decisório e, ao mesmo tempo, histórico, dos rumos da sociedade. Gramsci (2011) levantou a questão da importância assumida pelo consenso ativo para a conservação da hegemonia. Segundo o autor italiano, uma classe não conseguiria manter-se dominante apenas através da utilização da força coercitiva. Essa constatação é especialmente importante quando consideramos as perdas trabalhistas a partir das políticas neoliberais, e os possíveis impactos sobre a hegemonia do capital.

Buscando manter a diretividade política e ideológica, a classe dominante transfigura os problemas econômicos e sociais, transformando-os de ordem estrutural para ordem individual e acidental. Assim, superar as dificuldades advindas com a nova crise seria apenas uma questão de tempo e vontade dos sujeitos, levados acreditar que a superação das dificuldades dependeria do esforço e do tempo que cada um doaria para fazer a diferença e auxiliar na superação dos problemas enfrentados.

Não obstante, as estratégias para a conformação do consenso ativo alcançaram grande capilaridade em toda sociedade civil. Alguns dos principais aparelhos

privados de hegemonia, a escola e os meios de comunicação, por exemplo, são utilizados para difundir o pensamento único, capaz de estabelecer padrões de comportamento, formas de pensar e agir homogêneos.

O Olimpismo, neste entendimento, é a tentativa de educar os sujeitos a partir de uma série de valores considerados “necessários” ao convívio harmonioso em sociedade. Com palavras repletas de positividade, buscam conformar um homem de novo tipo, receptivo e passivo às mudanças em curso na sociedade. Neste sentido, conceitos como solidariedade, trabalho em equipe, respeito mútuo, atendimento às regras morais e éticas fazem parte do arsenal conceitual do Olimpismo e, como veremos a seguir, compõem a “agenda” das políticas internacionais que recomendam o modo como os países, especialmente os periféricos, devem se comportar diante das crises cíclicas do capital.

Deste modo, o Olimpismo, como expressão evidente dessas estratégias alçadas à produção e conservação da hegemonia através de conceitos individualistas e conformadores, tem contribuído para a formação de um homem de novo tipo, adaptado às mudanças e, principalmente, reproduzindo suas condições de alienação.

O MOVIMENTO OLÍMPICO E SEUS PRESSUPOSTOS

Pierre de Coubertin (1863- 1937) foi o responsável pela proposta para o retorno dos Jogos Olímpicos na era moderna em 1896 (LEMOS, 2008) e pela fundação do Comitê Olímpico Internacional (COI) e do Movimento Olímpico (MO), que buscam perpetuar uma nova concepção de educação através das práticas esportivas e do Olimpismo (MIRAGAYA, 2009).

A Carta Olímpica apresenta os seis princípios fundamentais do Olimpismo, os quais regem e dão sustentação teórica ao desenvolvimento das ações relacionadas ao MO. São eles:

1º Princípio: Olimpismo é a filosofia de vida que enaltece as combinações entre as qualidades físicas, as vontades e a mente. Trabalhando conjuntamente com cultura e educação, Olimpismo procura criar um modo de vida baseado na emoção do empenho, no valor educacional de bons exemplos e no respeito pelos princípios éticos fundamentais universais.

2º Princípio: O objetivo do Olimpismo é colocar o esporte à serviço do desenvolvimento harmonioso do homem, com a visão de promover uma sociedade pacífica interessada na preservação da dignidade humana.

3º Princípio: O Movimento Olímpico é combinado, organizado e suas ações permanentes estão submetidas às autoridades do COI, de todos os indivíduos e entidades que estejam expirados pelos valores do Olimpismo. Ele, o COI, abrange os cinco continentes, o movimento Olímpico atinge seu auge com a união dos atletas de todo o mundo em um grande festival esportivo, os Jogos Olímpicos. O símbolo dos jogos são os cinco anéis intercalados.

4º Princípio: A prática de esporte é um direito humano. Cada pessoa deveria ter a possibilidade da prática esportiva, sem sofrer discriminação de nenhum tipo, e o espírito Olímpico requer entendimento mútuo de amizade, solidariedade e jogo limpo. A organização, administração e gestão do esporte devem ser controladas por organizações esportivas independentes.

5º Princípio: Qualquer forma de discriminação com relação a um país ou uma pessoa na que diz respeito a sua raça, religião, política, gênero ou outra razão é incompatível com os meios do Movimento Olímpico.

6º Princípio: Pertencente ao MO necessita do cumprimento da Carta Olímpica e reconhecimento pelo COI. (OLYMPIC CHARTER, 2011, p. 10, tradução nossa).

Esta “filosofia olímpica” pretende utilizar o esporte como instrumento para a promoção da paz, união, respeito por regras e pelo adversário, tendo como objetivo último a construção de um mundo melhor através do ideal da participação em massa e da busca pela excelência através do esporte. Evidencia-se a intenção de ampliar seu alcance a outras áreas que não se remetem, necessariamente, aos jogos realizados a cada quatro anos.

Os princípios do Olimpismo dão início a um novo discurso e novas ações que utilizam o esporte não somente com o objetivo da prática esportiva em si, através da criação de uma pedagogia esportiva, mas também com objetivos para uma formação educacional mais ampla, através do que chamamos de “Educação Olímpica”. Tal intenção é anunciada no documento orientador do Olimpismo, ao “encorajar e apoiar as iniciativas que integrem o desporto na cultura e na educação” (OLYMPIC CHARTER, 2011, p. 15, tradução nossa).

Pode-se dizer que a Educação Olímpica é um legado de Pierre de Coubertin, também considerado o primeiro empreendedor olímpico da Era Moderna. [...]. Seu objetivo principal era realizar uma reforma no sistema de educação e nas escolas francesas, fazendo com que o esporte fizesse parte integral da rotina escolar [...] Daí introduzir naquela rotina um tipo de educação esportiva que pudesse incluir o corpo e a mente. (MIRAGAYA, 2009, p.42)

A garantia da relação entre cultura-educação-esporte, nesta perspectiva, tornou-se uma necessidade para a exacerbação do grau de excelência máximo exigido do esporte, definido a partir dos pressupostos do Olimpismo. Este discurso nasce juntamente com o ressurgimento dos Jogos Olímpicos no século XIX, e, desde então, reforça-se o caráter moral, disciplinador e orientador que deve possuir as práticas esportivas.

Neste sentido, a pedagogia esportiva torna-se um dos principais meios de formação do caráter da população ao vincular normas, valores e regras sociais que necessitam refletir todo e qualquer comportamento frente às situações cotidianas. Tal formação pressupõe a aceitação das condições e exigências sociais, determinadas

pelo contexto histórico e delimitadas à priori pelo COI, às quais devem ser seguidas e mantidas por meio da “tradição”.

A fundamentação desta pedagogia se assentava na responsabilidade e na hierarquia. A responsabilidade estava associada ao uso da liberdade e do cumprimento de normas e tradições que, entre outras ações, refletia-se no uso do tempo ocioso. A hierarquia demandava a compreensão e aceitação de uma “ordem natural” imposta pelos veteranos, por aqueles que primeiro chegaram à instituição, impondo a perpetuação de uma cultura que deveria ser reproduzida pelos mais novos. (RUBIO, 2006, p. 53)

Coubertin atribuía ao esporte um valor educativo e um papel de mimese das relações em uma sociedade tida como democrática (LEMONS, 2008). A ideia de trabalhar as questões morais através do esporte, do corpo, para toda a educação de jovens e adultos, vem ao encontro das decepções que Coubertin vivenciou em seu país, França, na derrota para a Prússia na guerra de 1870-1871. Coubertin culpou os corpos fracos dos franceses pela derrota, entendendo que o esporte através da sua pedagogia pudesse criar uma fonte de potencial fortalecimento interior para o fortalecimento da juventude.²

Tendo estas informações decorridas, nos perguntamos, respeitando o momento histórico do ressurgimento do MO e do próprio Olimpismo, se a leitura que se faz hoje deste movimento assim como a sua prática, não ficam distantes do momento e dos ideais de sua criação? Se analisarmos somente a relação da criação de corpos fortes, a que estaremos nos referindo? Se levarmos em consideração o entendimento do esporte como mimese de uma sociedade democrática, estamos falando de que sociedade e quais os processos históricos e interesses existentes que permeavam estes acontecimentos?

Ao analisarmos o contexto histórico de ressurgimento dos Jogos Olímpicos, encontramos, na Europa do fim do século XIX, uma acentuada modificação nos modos de produção e organização do trabalho a partir do taylorismo³. Este sistema também se baseia em modos de comportamento centrados na obediência e hierarquia, garantindo a dedicação ao trabalho e a disciplina do trabalhador (FARIA, 2011).

2. Disponível em: <<http://www.coubertin.de/00athen/downloads/Tafel04port.pdf>>.

3. O taylorismo é a teoria administrativa criada por Frederick W. Taylor, em 1893, criada a partir de um método empírico experimental, chamado pelo próprio criador de científico, que estabeleciam os seguintes princípios: definir o trabalho a ser executado, analisando e determinando seu processo ótimo; adaptar o operário às técnicas, através da qualificação e treinamento dos executantes das tarefas; separar a concepção de execução no desenvolvimento e na realização do processo de trabalho, de modo que o trabalhador conheça suas funções e empregue nelas os melhores métodos definidos pela gerência; especializar as funções de direção ou gestão, especialmente no que se refere aos estudos para a fabricação e a coordenação das atividades funcionais. (FARIA, 2011).

Vindo de uma família quaker⁴, protestantes de rígidos conceitos acerca da importância do trabalho, Frederick Winslow Taylor encarava o trabalho como uma obrigação a que todos deviam concorrer e a disciplina como um valor que todos os trabalhadores deviam seguir. O suporte para este estudo está baseado na ideia de que quanto mais o indivíduo trabalha, mais o mesmo faz por merecer recompensas espirituais, de que o trabalho disciplinado colabora para aumentar a potência da soma dos trabalhos individuais e de que alguns são possuidores da dívida de pensar e devem fazê-lo para comandar os que recebem a graça de executar. (FARIA, 2011, p. 28)

Esta descrição está intimamente associada com a relação de hierarquia, cumprimento de normas e tradições e a aceitação de uma ordem natural estabelecida por Coubertin na introdução destas características em sua pedagogia olímpica. Isso nos mostra que tanto as crianças e jovens, no movimento olímpico, como os trabalhadores, para Taylor, necessitavam assumir um novo comportamento, mais adequado à nova ordem social, levando-os a “compreender” seu lugar neste novo modelo de ser e pensar.

Ao longo deste último século, as tentativas de conformação e adequação do trabalhador às exigências sociais se intensificaram e os anos de 1990 trazem consigo uma nova tentativa de mudanças no conteúdo necessário à formação de um homem considerado desejável pela formação capitalista. A formação deste homem de novo tipo era um dos caminhos viáveis para que a classe dominante continuasse como classe dirigente, portanto, como classe hegemônica.

A (CON)FORMAÇÃO DE UM HOMEM DE NOVO TIPO: “O SABER SER” E SUAS RELAÇÕES COM O OLIMPISMO

Trabalhamos, nesta pesquisa, com a hipótese de que o Olimpismo dissemina os princípios do “saber ser”, um dos pilares divulgados pela UNESCO no relatório “Educação: um tesouro a descobrir” (1996) escrito por uma equipe de especialistas, coordenada por Jacques Delors⁵.

Interessa aqui, analisar as ênfases dadas ao discurso do “aprender a ser” e a conformação de um novo sujeito, preparado para lidar com os desafios da sociabilidade capitalista. Parte significativa desse discurso condiz com o discurso forjado pelo Olimpismo, especialmente quando se trata do chamado empoderamento e da responsabilização dos sujeitos para garantirem melhor sociabilidade, superando as dificuldades antepostas à realidade. Tanto na Carta Olímpica (2011), quanto no

4. Nome dado a vários grupos religiosos com origem comum em um movimento protestante britânico do século XVII.

5. Este relatório ficou conhecido mundialmente como Relatório Delors.

Relatório Delors (1996), as palavras são envoltas em uma aura positiva, levando os sujeitos a desejarem ser solidários, defensores da paz mundial e capazes de viverem juntos.

Os argumentos desenvolvidos no Relatório Delors apontam para a necessidade de mudanças individuais e sociais que levassem as pessoas a “aprenderem” a conviver com as mudanças em curso na sociedade, aprenderem a *viver juntos* nesta *aldeia global* (DELORS, 1996).

Devemos cultivar, como utopia orientadora, o propósito de encaminhar o mundo para uma maior compreensão mútua, mais no sentido de responsabilidade e mais *solidariedade*, na aceitação das nossas diferenças espirituais e culturais [...]. Os sistemas educativos devem dar resposta aos múltiplos desafios das sociedades da informação, na perspectiva de um enriquecimento contínuo de saberes e do *exercício de uma cidadania* adaptada às exigências do nosso tempo. Estabelecer novas relações entre a política educativa e política de desenvolvimento a fim de reforçar as bases do saber e do saber-fazer nos países em causa: estimular a iniciativa, o trabalho em equipe, as sinergias realistas, tendo em conta os recursos locais, o auto-emprego e o espírito empreendedor. (DELORS, 1996, p. 50-68, sem grifos no original).

O documento ressalta a importância de perceber a solidariedade, a tolerância, o exercício da cidadania como elementos a serem valorizados. Entretanto, ao mesmo tempo, uma imagem homogênea e harmoniosa do mundo é destacada, disseminando a compreensão que a resolução dos problemas, em que pese às diferenças, deve ser empreendida de forma unilateral. Assim, destaca-se uma ideia de cidadania e solidariedade generalista e hegemonicamente dominante. Ser cidadão, para esta compreensão, é saber conviver com as regras estabelecidas, é procurar meios viáveis de sobrevivência, mesmo quando estes são retirados dia-a-dia das pessoas, é acreditar que a paz é possível, mesmo quando a guerra é necessária ao capital, é crer que valores podem ser transmitidos por meio das práticas corporais, mesmo quando estas são contrárias a tais valores.

Nos dois documentos analisados, a educação é evocada como estratégia fundamental para a dominação dos valores entendidos como necessários para o “saber ser”. Destacada juntamente com a cultura no primeiro princípio orientador do Olimpismo, a educação teria o papel de formar os sujeitos a partir de um modo de vida baseado no esforço individual, nos considerados “bons exemplos” (OLYMPIC CHARTER, 2011, tradução nossa), e respeito por supostos princípios éticos considerados universais. Pois, de acordo com a Carta Olímpica, o “olimpismo é a filosofia de vida que enaltece as combinações entre as qualidades físicas, as vontades e a mente. Trabalhando conjuntamente com cultura e educação” (2011, p. 10, tradução nossa).

A educação e cultura estariam, portanto, a serviço da conformação deste sujeito que deve aprender a conviver pacificamente e respeitando as regras colocadas por esta sociedade. Evidentemente que estas questões parecem dizer respeito ao campo de jogo, parecem restritas às práticas corporais vinculadas às Olimpíadas. Entretanto, na própria Carta Olímpica seus idealizadores chamam a atenção de que não se trata somente de objetivos intrínsecos ao campo esportivo, mas, principalmente, trata-se de uma nova forma de viver, uma nova forma de conviver em sociedade (OLYMPIC CHARTER, 2011, tradução nossa).

Parece-nos ainda mais evidente, que a tentativa de se constituir o consenso por meio da direção de comportamentos é objetivo velado do Olimpismo, como mais uma estratégia para a construção e conservação da hegemonia burguesa e uma adaptação ao capital. Assim, o Olimpismo e seus pressupostos têm divulgado uma “forma de ser” que interessa à manutenção do *status quo*.

O Movimento Olímpico e o chamado Olimpismo são, deste modo, muito mais que propostas “despretensiosas” de defesa da paz ou da possibilidade de convivência solidária e harmoniosa entre as pessoas; constitui-se em uma ideologia que difunde e desperta o imaginário de construção de um homem conformado aos ditames sociais hegemônicos. Ainda que defenda uma “filosofia de vida” harmoniosa (OLYMPIC CHARTER, 2011, tradução nossa), o que pode parecer um pressuposto quase “intocável”, dada a positividade e aceitação que encontra entre a maioria da população, esta pesquisa identificou um discurso bem mais complexo, que traz implicações ao desenvolvimento emancipador e crítico.

Na Carta Olímpica encontramos o seguinte lema Olímpico: “Mais rápido, mais alto, mais forte” (OLYMPIC CHARTER, p. 21, 2011, tradução nossa). Ou seja, trabalhar arduamente para merecer recompensas; ser sempre mais e melhor; quanto maior a produtividade, maior será a recompensa. Ideais que encontramos também na formação do trabalhador que deverá atingir um alto nível de produtividade no mundo do trabalho.

Coubertin, ao afirmar que “enfrentar uma dificuldade oferece uma nova oportunidade de progredir” e, que “o importante na vida não é chegarmos ao triunfo, mas sim o combate que travamos para lá chegar”, ou ainda, que “o sucesso não é um fim em si mesmo, é apenas um meio de alcançar mais” (McCOMB, 2004, p. 57, tradução nossa) enfoca mais uma vez o sentido que o discurso olímpico tem na propagação de seus ideais, qual seja: a “sugestão” de um modelo comportamental aos indivíduos, responsabilizando-os por suas vitórias e sucesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Movimento Olímpico, ao persistir na indissociabilidade entre esporte e educação, confere à esta última não a tarefa de possibilitar aos indivíduos a apropriação da cultura corporal como produção histórico-social do ser humano,

mas sim, de perpetuar através do esporte concepções alienantes no processo de formação humana. Tal perspectiva, alicerçada nos princípios do Olimpismo, está presente nos diferentes contextos em que a prática esportiva acontece, sendo a escola o principal *lôcus* para esta formação, por se tratar de um espaço privilegiado para a busca de talentos e incentivo precoce à prática esportiva competitiva e de alto rendimento.

Não obstante, ao incentivar os indivíduos para este tipo de prática, dissemina-se a ideia do sucesso e da vitória como esforço e sacrifícios individuais, alheios a qualquer situação ou contexto social de desenvolvimento desta prática. Tal pensamento corrobora com as expectativas do capital para a formação dos trabalhadores, ou seja, da lógica da produtividade a partir do desenvolvimento de determinadas competências que garantam a competitividade e a reprodução da atual organização social (FRIGOTTO, 1999).

A responsabilização do indivíduo torna-se, portanto, peça fundamental também na educação que, por sua vez, irá preparar os futuros trabalhadores.

As demandas necessárias à formação de um novo tipo de homem são traduzidas em metas e objetivos que serão difundidas pelos organismos multilaterais que visam mudança na educação para o mundo. [...] A escolarização aparece como pré-requisito para se conseguir desempenho adequado à nova gestão de trabalho que vai se instituindo. Advoga-se a necessidade de um indivíduo que esteja numa dupla relação na sociedade em que vive: como cidadão tem deveres cívicos, e como indivíduo, deve promover uma ação para a aquisição dos novos requisitos [...] (TURMINA, 2010, p.313)

Procurando servir como exemplo de valores e comportamento, o Olimpismo tem se mostrado eficaz na formação de um homem de novo tipo, ou seja, com capacidade de adaptação e reprodução dos princípios olímpicos em harmonia com a atual organização social.

Aliada a estas tentativas de conservação da hegemonia, por meio dos princípios do Olimpismo e de uma educação alienada, permeia a ideia da impossibilidade de construção de um projeto societário que busque a transformação social. A crença de que a única saída para a resolução dos problemas sociais é a adaptação do ser humano às condições dadas, impõe-lhe a aceitação destas condições e retirando-lhe qualquer possibilidade de crítica e ações cujos objetivos sejam sua alteração à uma nova forma de organização social (WOOD, 1999). Perde-se de vista o ser humano enquanto ser histórico-social e defende-se a naturalização das relações sociais (MARKUS, 1974).

Assim, os princípios e objetivos do Olimpismo, trazem profundas consequências para a formação do ser humano na medida em que difundem a ilusão da impossibilidade da transformação social e estimula os indivíduos a lutarem sozinhos para

melhor adaptação na sociedade, conformando-os, assim, à sua condição de classe.

Em nossas análises, pudemos constatar que este modo “de ser”, definido a partir dos documentos mencionados neste trabalho e que fundamentam o Olimpismo e a Educação, trazem como consequência para a formação humana a reprodução da condição de alienação do ser humano, negando-lhe a possibilidade de uma formação crítica e emancipadora.

Olympism as Strategy for the Production and Conservation from Hegemony

ABSTRACT: The aim of this study is to investigate the guidelines of the Olympism, widely through the National Olympic Community and its relations with the formation of a new man, as stated by UNESCO based on the conception of “how to be”. For this, we analysed two documents considered important for the diffusion of this principle. The Olympism Charter and Report of UNESCO denominated “Education: a treasure to discover”. We concluded that the Olympism is much more than a simple defense of peace or of the possibility of harmonious and sympathetic living among people. Moreover, the Olympism is a strategy to disseminate and wake up the ideal of construction of a man resigned to the hegemonic social rules.

KEYWORDS: Hegemony; Olympism; How To Be; Megaevents.

El olimpismo como estrategia para la producción y conservación de la hegemonía

RESUMEN: El objetivo de este estudio es investigar los principios del Olimpismo, ampliamente difundidos a través de los Comités Olímpicos Nacionales, y sus relaciones con la formación de un nuevo tipo de hombre defendida por la UNESCO a través del diseño de “Saber Ser”. El punto de partida del análisis son dos documentos centrales en la difusión de esta ideología: la Carta Olímpica y el informe de la UNESCO denominado Educación: un tesoro a descubrir. Llegamos a la conclusión que el olimpismo es más que una propuesta “sin pretensiones” de defensa de la paz o la posibilidad de la convivencia solidaria y armoniosa entre las personas; es primero, una estrategia que se propaga y despierta la construcción imaginaria de la construcción de un hombre resignado a los dictados sociales hegemónicos.

PALABRAS CLAVE: Hegemonía; olimpismo; saber ser; megaeventos.

REFERÊNCIAS

DELORS, J. *Educação: Um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC:UNESCO, 1996.

- FARIA, J.H. de. *Economia Política do Poder: uma crítica da teoria geral da administração*. v.2. Curitiba. Juruá Editora, 2011.
- FRIGOTTO, G. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: FRIGOTTO, G. (org). *Educação e crise do trabalho: Perspectivas de final de século*. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 25-54.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Vol. 3. Maquiavel: notas sobre o estado e a política. 4 ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- HARVEY, D. *O neoliberalismo: histórias e implicações*. São Paulo: edições Loyola, 2008.
- HOBBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LEMOS, D.L.R. *A história social do movimento olímpico Brasileiro no início do século XX*. 2008. 81 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, 2008.
- MARKUS, G. *Marxismo y Antropología*. Traducción de Manuel Sacristán. Barcelona: Grijalbo, 1974.
- McCOMB, D.G. *Sports in world history*. New York: Routledge, 2004.
- MIRAGAYA, A. Educação Olímpica: o legado de Coubertin no Brasil. In: FILHO, A.R.R.; PINTO, L.M.M.; RODRIGUES, R.P e ENGELMAN, S. (Orgs.). *Olimpismo e Educação Olímpica no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 41-54.
- OLYMPIC CHARTER. *Lausanne*: Internacional Olympic Committee. 2011.
- PIERRE de Coubertin: o homem do desporto. Disponível em: < <http://www.coubertin.de/00athen/downloads/Tafel04port.pdf> > . Acesso em 10 de março de 2013.
- RUBIO, K. *Medalhistas Olímpicos brasileiros: memória, história e imaginário*. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2006.
- RUBIO, K. e MESQUITA, R. M. de. *Os estudos olímpicos e o olimpismo nos cenários brasileiro e internacional*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.
- TURMINA, A.C. *Autoajuda nas relações de trabalho: a (con)formação de um trabalhador de novo tipo*. 2010, 377 f.. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.
- WOOD, E. M. O que é a agenda “pós-moderna”? In: WOOD, E. M. e FOSTER, J. B. (orgs). *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, p. 07-22.

Recebido em: 7 abr. 2013

Aprovado em: 7 ago. 2013